



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140866 - MG (2021/0003279-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECORRENTE : **MARCOS VINICIUS FREITAS DO AMARAL (PRESO)**
ADVOGADOS : **CLEMILSON JOSE OLIMPIO - MG160990**
 JOAO PAULO PIRES DE OLIVEIRA MARQUES - MG173561
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por **MARCOS VINICIUS FREITAS DO AMARAL** contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (1.0000.20.560432-5/000).

O recorrente está preso preventivamente pela suposta prática do delito capitulado no art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

Em suas razões, sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal uma vez que a segregação processual do recorrente, despida de fundamentação idônea, não preenche os requisitos autorizadores da prisão, nos moldes do art. 312 do CPP.

Aduz, ainda, que o recorrente possui condições pessoais favoráveis, sendo suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pleiteia a concessão da ordem, liminarmente, para que seja expedido o alvará de soltura.

No mérito, pugna que o presente recurso seja julgado integralmente procedente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente